

FACULDADE DE DIREITO

— DA —

UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

— DA —

4.^a CADEIRA

— DO —

2.^o ANO

— DO —

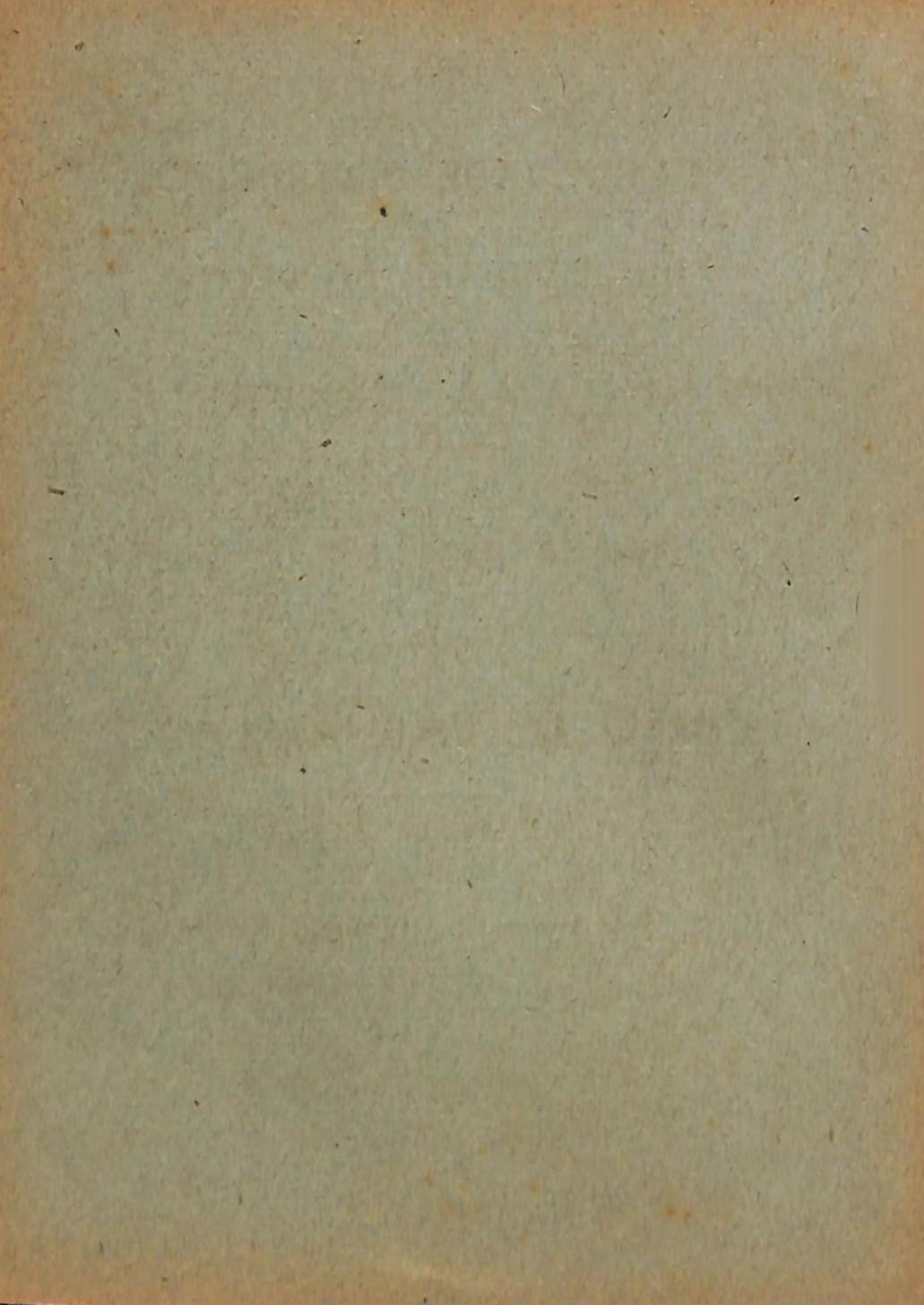
CURSO DE BACHARELADO

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Prof. Luis Sebastião Guedes Alcoforado

Catedrático

1956



4.^a C A D E I R A

D O

2.^o A N O

CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Introdução

- 1 — Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
- 2 — Ciência das finanças, conceito. Metodologia. O problema das leis financeiras.
- 3 — Fenômeno financeiro. Teorias econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.

- 4 — Ciências das Finanças e Economia Política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
- 5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.
- 6 — Literatura nacional em matéria econômico-financeira.
- 7 — Problemas modernos e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

PARTE 1.^a

DESPESA PÚBLICA

- 8 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
- 9 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.

- 10 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas. Financiamento das despesas públicas.
- 11 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa da justiça e da educação e instrução.
- 12 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

PARTE 2.^a

RECEITA PÚBLICA

- 13 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
- 14 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade terri-

torial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

- 15 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. A Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.
- 16 — Os Monopólios fiscais.
- 17 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições especiais, os impostos.
- 18 — Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.
- 19 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.
- 20 — Contribuição especial. Conceito e fundamento.
- 21 — O imposto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do imposto. Função e fundamento do imposto.

- 22 — Princípios técnicos e jurídicos do imposto. Cânones de tributação. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
- 23 — Postulados econômicos e financeiros do imposto.
- 24 — Princípios administrativos do imposto.
- 25 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
- 26 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
- 27 — O problema dum sistema racional de imposto. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
- 28 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.
- 29 — Efeitos do imposto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.

- 30 — Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização e capitalização do imposto.
- 31 — Evasão do imposto.
- 32 — Pressão fiscal, seu conceito.
- 33 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
- 34 — Contencioso.
- 35 — Política fiscal. Fins da política fiscal.

PARTE 3.^a

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

- 36 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
- 37 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.

- 38 — Organização do sistema tributário brasileiro. Imposto da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
- 39 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
- 40 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas de imposto de renda.
- 41 — Imposto de renda no Brasil.
- 42 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.
- 43 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidade e recursos.
- 44 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O Imposto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e recursos.
- 45 — Imposto sobre a propriedade territorial.

Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.

- 46 — Imposto de transmissão de propriedade intervivos.
- 47 — Imposto de sucessão sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados da Federação. Imposto de sucessão em Pernambuco.
- 48 — Imposto de indústria e profissão.
- 49 — Imposto sobre vendas e consignações.

PARTE 4.^a

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS — CRÉDITO PÚBLICO

- 50 — Do crédito público. Natureza e princípios.
- 51 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.

- 52 — Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.
- 53 — Efeitos econômicos dos empréstimos públicos.
- 54 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnica financeira. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
- 55 — Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
- 56 — Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Imposto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
- 57 — Imposto sôbre os lucros extraordinários e imposto de emergência sôbre o capital.

PARTE 5.^a

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

- 58 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.
- 59 — Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
- 60 — Direito orçamentário nacional.
- 61 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
- 62 — Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
- 63 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e déficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
- 64 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração

do orçamento. Contas de exercicios e de gestão. Conteúdo do orçamento.

- 65 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
- 66 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
- 67 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
- 68 — O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
- 69 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
- 70 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.

- 71 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
- 72 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. O inflacionismo continuado e o da União.
- 73 — Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife. — Janeiro de 1956.

Prof. Luís Sebastião Guedes Alcoforado
Catedrático

